

# Financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

# Organização da apresentação

- ▶ Assistência Social como Política Pública;
- ▶ Surgimento do SUAS;
- ▶ Financiamento do SUAS;
- ▶ Lógica da Execução Orçamentária; e
- ▶ Particularidades de Campinas.

# Assistência Social

- ▶ A Assistência Social tem como um dos principais objetivos a proteção à família, maternidade, infância, adolescência e velhice;
- ▶ Antigamente, as ações da assistência social eram iniciadas pela família e sociedade;
- ▶ Após a CF/88, a assistência social passou a ser entendida como uma política pública de direitos; e
- ▶ Neste sentido, a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso ao conjunto das provisões socioassistenciais, passou a ser responsabilidade do Estado.

# Surgimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

- ▶ Em 2003, a IV Conferência Nacional de Assistência Social deliberou pela implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que foi delineado de forma mais robusta a partir da Política Nacional de Assistência Social de 2004 e na Norma Operacional Básica de 2005.
- ▶ Em 2011, com a aprovação da Lei 12.435, o SUAS passa a integrar plenamente o escopo da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

# Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

- ▶ Sistema integrado pelos entes federativos, conselhos, público, não contributivo, descentralizado e participativo;
- ▶ Suas ofertas são primazia do Estado e a rede privada sem fins lucrativos participa de forma complementar por meio de sua vinculação ao SUAS;
- ▶ Sistema que oferta serviços, benefícios, programas e projetos; e
- ▶ Sistema que tem função de proteção, vigilância e defesa de direitos.

# Conceitos do Financiamento do SUAS

- ▶ Realizado por mecanismos informatizados, buscando o repasse de recursos de forma regular e automática fundo a fundo, independentemente da celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato;
- ▶ Repasse por Pisos de Proteção Social (Básica e Especial); e
- ▶ Superação do conceito de contrapartida e introdução do conceito de cofinanciamento.

# Formas de Financiamento do SUAS

- ▶ **Transferência Fundo a Fundo**  
(destinado ao custeio da Assistência Social, dispensada a celebração de convênios)
- ▶ **Transferências Voluntárias**  
(execução de programas de trabalho, projetos, atividades ou eventos com duração definida, em regime de mútua cooperação)
- ▶ **Prevê o financiamento compartilhado entre os três entes federados**  
(os recursos devem ser alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS)

# Financiamento do SUAS

| Ações de Assistência Social | Modalidade de Cofinanciamento                     |
|-----------------------------|---|
| Serviços                    | Transferência regular e automática (pisos/blocos) |
| Programas e Projetos        | Convênios e ajustes correlatos                    |
| Benefícios                  | Transferência direta                              |



# Pisos na Assistência Social

- ▶ O piso é uma forma de organização dos serviços ofertados a determinado público-alvo.
- ▶ O valor que será repassado aos estados e municípios é calculado a partir de critérios para a oferta dos serviços. Com base nesses critérios, os pisos são calculados e os municípios recebem recursos para executar os respectivos serviços.
  - Piso Básico Fixo (PBF)
  - Piso Básico Variável (PBV)
  - Piso Fixo de Média Complexidade (PFMC)
  - Piso Transição de Média Complexidade
  - Piso Variável de Média Complexidade

# Pisos na Assistência Social

- Piso Fixo de Alta Complexidade (PACI)
- Piso Fixo de Alta Complexidade (PACII)
- Piso Variável de Alta Complexidade (PVAC)
- Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas)
- Capacitação dos Trabalhadores do SUAS (CapacitaSUAS)
- IGD SUAS
- IGDP BF

**Importante!** Os pisos da assistência social são dinâmicos, sofrem alterações ao longo dos anos de acordo com as necessidades identificadas pelo SUAS. O detalhamento pode ser consultado livremente, via internet, no “**Relatório Financeiro de Parcelas Pagas**”.

# Blocos de Financiamento (NOB SUAS 2012)

- ▶ A organização do financiamento da assistência social no Município é realizada, portanto, em conformidade com o cofinanciamento federal, que é repassado sob a lógica de pisos;
- ▶ Cada piso tinha uma conta vinculada para execução dos serviços, o que dificultava a operacionalização financeira dos recursos dos fundos municipais ou estaduais de assistência social: eram mais de dez contas específicas para serem geridas pelos fundos de assistência social;
- ▶ Para tornar mais ágil a execução dos recursos, foi criado o conceito de blocos de financiamento, a fim de dar mais liberdade ao gasto do recurso no mesmo nível de proteção. Por exemplo, para todos os serviços da proteção social básica haverá apenas uma conta a ser gerenciada, com a possibilidade de realocar recursos de um serviço para outro dentro do mesmo bloco;
- ▶ É importante salientar que os conceitos de serviços e pisos não serão abolidos com a introdução dos blocos de financiamento.
- ▶ O repasse financeiro por blocos de financiamento está previsto no Decreto nº7.788/2012 e na NOBSUAS/2012

# Financiamento do SUAS no Município

- ▶ Compete ao Gestor da Política Pública de Assistência Social
  - Alocar os recursos recebidos do Governo Federal, do Governo Estadual e os recursos Municipais, em conformidade com as citadas normativas, no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); e
  - Realizar as despesas necessárias ao custeio dos Serviços, Programas e Projetos segundo os parâmetros do SUAS, de acordo com as modalidades de financiamento.

# Financiamento do SUAS no Município

- ▶ Tratando-se de recursos públicos, a utilização deverá seguir as regras gerais:
  - Planejamento e execução com base nas peças orçamentárias previstas no regramento da contabilidade pública
    - Plano Plurianual (PPA)
    - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
    - Lei Orçamentária Anual (LOA)
  - Compras e contratações com base na Lei de licitações
  - Atendimento à Lei de responsabilidade Fiscal
  - Cofinanciamentos com base no Marco Regulatório do Terceiro Setor

# PPA, LDO e LOA

- ▶ São ferramentas de planejamento a execução orçamentário do Poder Público
- ▶ Elaboradas pelo Prefeito (nos municípios) e encaminhadas à Câmara para aprovação
- ▶ Contém as estimativas de **Receitas e Despesas**
- ▶ O PPA tem vigência de 4 anos
- ▶ A LOA e a LDO são anuais

# PPA, LDO e LOA

- ▶ O PPA tem o início da vigência no segundo ano de Governo
- ▶ A LDO é elaborada no primeiro semestre de cada ano para estipular as prioridades da LOA
- ▶ A LOA é elaborada no segundo semestre de cada ano, para a execução no ano seguinte

# PPA, LDO e LOA (em Campinas)

- ▶ As peças orçamentárias são elaboradas por Unidades Gestoras (UGs), que agregadas constituem o orçamento geral do Município
- ▶ As Unidades Gestoras separam os diferentes tipos de receitas e de execução de despesas
- ▶ A SMASDH possui 7 UGs, uma para a Secretaria e uma para cada Fundo
  - SMASDH (Secretaria)
  - FMAS (Assistência Social)
  - FMDCA Criança e Adolescente)
  - FMPIC (Pessoa Idosa)
  - FUNCOMEN (Entorpecentes)
  - FVCN (Valorização da Comunidade Negra)
  - FMSAN (Segurança Alimentar e Nutricional)



# Receitas

- ▶ As estimativas de receitas são codificadas por Fontes de Recurso, de acordo com as origens
- ▶ As Fontes mais usuais se dividem em 4 tipos, que são subdivididos conforme a necessidade
  - Tesouro Municipal (arrecadação regular)
  - Estadual (Fundo a Fundo, Convênios e Emendas)
  - Federal (Fundo a Fundo, Convênios e Emendas)
  - Próprio
- ▶ Os Fundos possuem cada um a própria Fonte, conforme legislações específicas

# Receitas

- ▶ A separação das Receitas em Fontes destina-se à organização da execução orçamentária, das diferentes origens, visto que a utilização dos Recursos Públicos sempre deve ser justificada e comprovada
- ▶ As permissões para utilização dos Recursos geralmente estão relacionadas com o interesse do Financiador

# Receitas

- ▶ A título de exemplos de Fontes de Recursos específicos, podemos citar as seguintes
  - Convênios, TACs e Emendas
  - IGDs (SUAS e BF)
  - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
  - BPC Escola
  - Proteções Sociais (PSB e PSE)
  - Combate ao Corona Vírus (Extraordinário e Emergencial)
- ▶ A Secretaria operacionaliza aproximadamente 25 Fontes de Recursos, para as quais há diferentes critérios de utilização e prestação de contas

# Despesas

- ▶ As estimativas de gastos são codificadas por Classificação de Despesa, de acordo com as naturezas
- ▶ As Despesas mais usuais são as seguintes
  - Vencimentos e Obrigações Patronais
  - Transferência ao Terceiro Setor
  - Serviços PJ
  - Serviços PF
  - Materiais de Consumo
  - Equipamentos e Materiais Permanentes
  - Obras e Instalações
  - Passagens e Locomoção
  - Serviços de Tecnologia
  - Auxílios
  - Subvenções
  - Indenizações

# Despesas

- ▶ A separação da execução por Classificação de Despesa destina-se à organização dos pagamentos (das saídas), independentemente das Fontes
- ▶ As permissões para utilização dos Recursos, sob o aspecto da despesa, também podem estar relacionadas com o interesse do Financiador, ou seja, há recursos destinados exclusivamente a certos tipos de Despesas

# Despesas

- ▶ Os recursos do Tesouro Municipal geralmente podem ser utilizados em qualquer tipo de despesa relacionada ao custeio dos Serviços da Secretaria
- ▶ Os demais recursos por vezes possuem destinação específica, e em outros casos vedações, daí a expressão Recursos Vinculados
- ▶ A Secretaria operacionaliza aproximadamente 15 Classificações de Despesa

# Execução Orçamentária

- ▶ As Unidades Gestoras (UGs) são subdivididas por Unidades Orçamentárias (UOs), para a organização pormenorizada da Execução
- ▶ Para a Execução Orçamentária é realizada a combinação das Fontes de Recursos com as Classificações de Despesas nas diferentes Unidades Gestoras
- ▶ A título de exemplo, na Unidade Gestora FMAS há uma UO para a Básica, uma para a Especial, outra para Gestão, e assim por diante...

# Execução Orçamentária

- ▶ Para a elaboração do Orçamento são criadas Ações destinadas a atingir as metas das Unidades Gestoras, que são codificadas em Programas de Trabalho
- ▶ Os Programas de Trabalho são compostos por Funções e Subfunções, de acordo com as Políticas Públicas
- ▶ Na SMASDH trabalhamos com 02 Funções:
  - 08 (Assistência Social); e
  - 14 (Direitos da Cidadania)



# Execução Orçamentária

- ▶ O planejamento e a execução do orçamento se constituem da combinação destas codificações, chamadas de Dotações Orçamentárias
- ▶ A SMASDH possui mais de 150 Dotações
- ▶ A título de exemplo, apresento duas codificações
- ▶ Cofinanciamento PSE: 97200.9722.08.244.3004.4030.3.3.50.39.0001.510000
- ▶ Subvenções PSB: 97100.9711.08.243.3004.4030.3.3.50.43.0003.500042

# Elaboração do PPA

## ► Foram criados indicadores destinados a medir os avanços nos atendimentos

- Índice de cobertura da Proteção Social Básica

Descrição: cobertura territorial, quanto à população inscrita (ou não) no Cadastro Único

- Índice de atendimento do Programa NutrirCampinas Regular

Descrição: atendimento à população elegível (pobreza e extrema pobreza) para o Programa

- Índice de serviços ofertados à promoção de Direitos Humanos

Descrição: cobertura, em relação aos equipamentos e serviços, para promoção e fortalecimento das políticas públicas de direitos humanos

**Importante:** No âmbito da Assistência Social, foi criado indicador para a Proteção Social Básica devido à importância de avançarmos nas ações de prevenção e ampliação da cobertura dos territórios de CRAS, contudo, existem ações indicadas e que serão monitoradas e avaliadas, também na Proteção Social Especial e nas demais áreas da Secretaria.

# Elaboração do PPA

➤ **Índice de cobertura da proteção social básica.**

**Descrição:** cobertura territorial, quanto à população inscrita (ou não) no Cadastro Único.

$$\frac{\text{População residente em território de CRAS}}{\text{População elegível para atendimento pelos CRAS}}$$

$$(65.000 / 90.700) \times 100 = 71,7\%$$

Fonte: Departamento de Operações de Assistência Social; Área de Vigilância Socioassistencial; e Cadastro Único do Governo Federal

# Elaboração do PPA

- **Índice de atendimento do Programa NutrirCampinas Regular.**  
**Descrição:** atendimento à população elegível (pobreza e extrema pobreza) para o Programa.

$$\frac{\text{População atendida}}{\text{População elegível}}$$

$$(6.500 / 52.500) \times 100 = 12,4\%$$

Fonte: Departamento de Segurança Alimentar; Área de Vigilância Socioassistencial; e Cadastro Único do Governo Federal

# Elaboração do PPA

- **Índice de serviços ofertados à promoção de Direitos Humanos.**  
**Descrição:** cobertura, em relação aos equipamentos e serviços, para promoção e fortalecimento das políticas públicas de direitos humanos

$$\frac{\text{Quantidade existente}}{\text{Quantidade necessária}}$$

$$(21 / 25) \times 100 = 84,0\%$$

Fonte: Departamento de Direitos Humanos

# Elaboração do PPA

- **Indicadores**

## Dimensões do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M

---

|    |                          |  |
|----|--------------------------|--|
| A  | Altamente efetiva        | IEG-M com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com nota A |
| B+ | Muito efetiva            | IEG-M entre 75,0% e 89,9% da nota máxima                                   |
| B  | Efetiva                  | IEG-M entre 60,0% e 74,9% da nota máxima                                   |
| C+ | Em fase de adequação     | IEG-M entre 50,0% e 59,9% da nota máxima                                   |
| C  | Baixo nível de adequação | IEG-M menor ou igual a 49,9%   |

# Elaboração do PPA

## ► Indicadores

| Indicador           | Atual | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|---------------------|-------|------|------|------|------|
| Cobertura PSB       | B     | B+   | B+   | B+   | A    |
| Segurança Alimentar | C     | C    | C    | C    | C+   |
| Direitos Humanos    | B+    | B+   | B+   | A    | A    |

# Elaboração do PPA

- ▶ Após o lançamento dos valores necessários à manutenção dos Serviços existentes, **mediante negociações com a Secretaria de Finanças**, são alocados valores destinados à ampliação das ações.
- ▶ Para o planejamento do próximo período, de 2022 a 2025, a Secretaria de Finanças contratou a assessoria da FIPE para padronizar a lógica de construção e as informações de todas as Secretarias. Neste modelo, deveriam ser criadas ações de destaque, além de apenas alocar recursos destinados às ampliações de Serviços.
- ▶ Na SMASDH foram criadas 05 ações de destaque.



# Elaboração do PPA

## ▶ Ações de destaque

- I. Implantar o Programa “CAMPINAS SOLIDÁRIA E SUSTENTÁVEL”
- II. Instalar Parques Inclusivos
- III. Implantar novos CRAS
- IV. Criar um Conselho Tutelar
- V. Criar um Serviço de Atendimento Integral à Mulher

**Importante:** Foram criadas cinco ações de destaque, devido aos diversos segmentos de atendimento da Secretaria, mas o PPA suporta uma quantidade maior de ações.

# Elaboração do PPA

## ▶ Ações de destaque

| Ações        | 2022                    | 2023                    | 2024                    | 2025                    |
|--------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| I.           | R\$ 280.000,00          | R\$ -                   | R\$ -                   | R\$ -                   |
| II.          | R\$ 40.000,00           | R\$ 80.000,00           | R\$ 80.000,00           | R\$ -                   |
| III.         | R\$ 1.065.000,00        | R\$ 1.065.000,00        | R\$ 1.065.000,00        | R\$ 1.065.000,00        |
| IV.          | R\$ -                   | R\$ -                   | R\$ 875.000,00          | R\$ -                   |
| V.           | R\$ -                   | R\$ -                   | R\$ 455.000,00          | R\$ -                   |
| <b>Total</b> | <b>R\$ 1.385.000,00</b> | <b>R\$ 1.145.000,00</b> | <b>R\$ 2.475.000,00</b> | <b>R\$ 1.065.000,00</b> |

# Elaboração do PPA

## ► Evolução

| DESPESA              | 2022               | 2023               | 2024               | 2025               |
|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| FOLHA                | R\$ 61.688.092,00  | R\$ 66.277.258,00  | R\$ 66.846.754,00  | R\$ 66.806.064,00  |
| TERCEIRO SETOR       | R\$ 109.706.000,00 | R\$ 109.145.757,00 | R\$ 112.853.611,00 | R\$ 117.117.840,00 |
| CUSTEIO DOS SERVIÇOS | R\$ 54.360.558,00  | R\$ 65.608.250,00  | R\$ 69.975.148,00  | R\$ 70.987.723,00  |
| BOLSAS               | R\$ 3.092.500,00   | R\$ 3.296.900,00   | R\$ 2.556.128,00   | R\$ 2.731.300,00   |
| INVESTIMENTO         | R\$ 3.224.050,00   | R\$ 2.253.700,00   | R\$ 2.711.250,00   | R\$ 1.100.100,00   |
| TOTAL                | R\$ 232.071.200,00 | R\$ 246.581.865,00 | R\$ 254.942.891,00 | R\$ 258.743.027,00 |

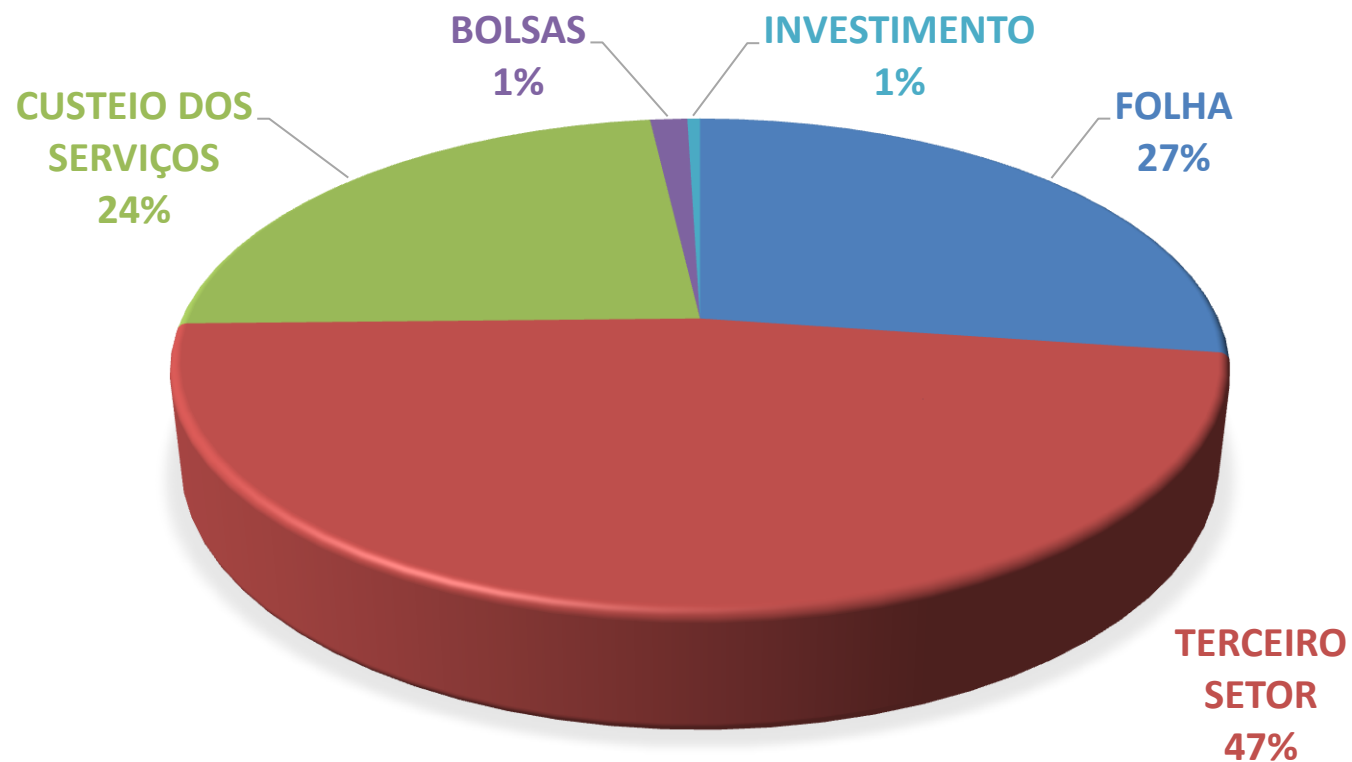
# LOA 2022

## ➤ Por Classificação de Despesa

| <b>DESPESA</b>              | <b>2022</b>        |
|-----------------------------|--------------------|
| <b>FOLHA</b>                | R\$ 61.657.092,00  |
| <b>TERCEIRO SETOR</b>       | R\$ 107.327.730,00 |
| <b>CUSTEIO DOS SERVIÇOS</b> | R\$ 53.181.558,00  |
| <b>BOLSAS</b>               | R\$ 3.092.500,00   |
| <b>INVESTIMENTO</b>         | R\$ 1.051.300,00   |
| <b>TOTAL</b>                | R\$ 226.310.180,00 |

# LOA 2022

## ► Impacto percentual



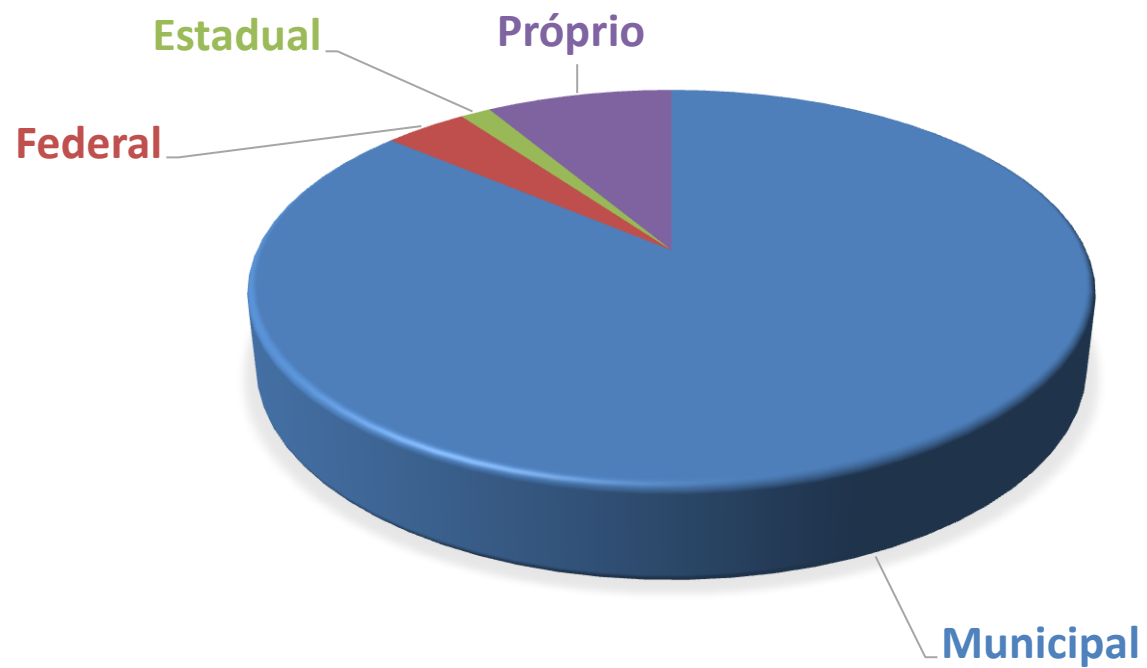
# LOA 2022

## ► Por Fonte

| Fonte     | Valor              |
|-----------|--------------------|
| Municipal | R\$ 195.124.000,00 |
| Federal   | R\$ 8.661.450,00   |
| Estadual  | R\$ 3.181.730,00   |
| Próprio   | R\$ 19.343.000,00  |
| Total     | R\$ 226.310.180,00 |

# LOA 2022

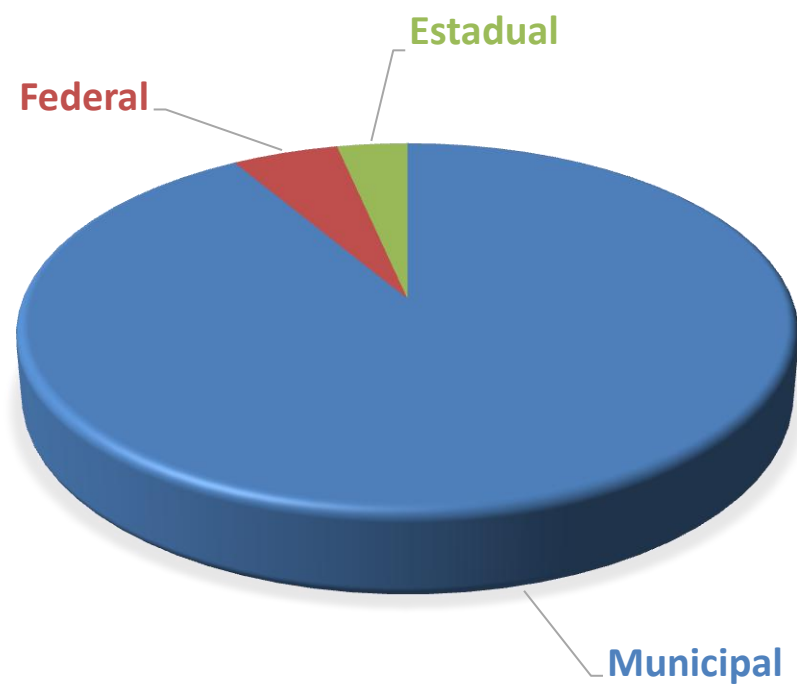
## ► Impacto Percentual das Fontes



| Fonte     | Percentual |
|-----------|------------|
| Municipal | 86,2%      |
| Federal   | 3,8%       |
| Estadual  | 1,4%       |
| Próprio   | 8,5%       |

# LOA 2022

## ► Cofinanciamento (FMAS)



| Fonte     | Valor             | Percentual |
|-----------|-------------------|------------|
| Municipal | R\$ 85.850.000,00 | 91,5%      |
| Federal   | R\$ 4.836.000,00  | 5,2%       |
| Estadual  | R\$ 3.181.730,00  | 3,4%       |
| Total     | R\$ 93.867.730,00 | 100,0%     |



# Evolução LOA (2021 -> 2022)

| Fonte     | 2021               | 2022               | Variação (R\$)    | Variação (%) |
|-----------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------|
| Municipal | R\$ 183.183.972,00 | R\$ 195.124.000,00 | R\$ 11.940.028,00 | 6,5%         |
| Federal   | R\$ 11.496.775,00  | R\$ 8.661.450,00   | -R\$ 2.835.325,00 | -24,7%       |
| Estadual  | R\$ 3.197.060,00   | R\$ 3.181.730,00   | -R\$ 15.330,00    | -0,5%        |
| Próprio   | R\$ 12.764.374,00  | R\$ 19.343.000,00  | R\$ 6.578.626,00  | 51,5%        |
| Total     | R\$ 210.642.181,00 | R\$ 226.310.180,00 | R\$ 15.667.999,00 | 7,4%         |

# Elaboração PPA 2022 - 2025 e LOA 2022 (aspectos práticos)

- ▶ São constituídos a partir de um sistema informatizado próprio.
- ▶ A Secretaria de Finanças estima o valor total de arrecadação para o período e disponibiliza limites às demais Secretarias.
- ▶ Após intensas negociações e argumentações, o sistema é encerrado e a Secretaria de Finanças compila as informações e prepara os Projetos de Lei para o envio à Câmara.
- ▶ Após conclusão, os valores são encaminhados ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

# Elaboração PPA 2022 - 2025 e LOA 2022 (aspectos práticos)

- ▶ Na fase de elaboração das peças orçamentárias, a equipe gestora da SMASDH busca incorporar recursos destinados a suportar as demandas do PMAS ao PPA e à LOA, visando subsidiar as ações que serão discutidas e priorizadas no Plano.
- ▶ Na fase de execução, ao longo dos anos, é possível suplementar, aos valores iniciais, recursos adicionais alcançados, como:
  - Convênios;
  - Emendas; e
  - Adesões a novos serviços.
- ▶ Os recursos adicionais podem ser tanto de custeio como de investimento.

# Execução do PPA 2022 - 2025 e LOA 2022

- ▶ A SMASDH, do ponto de vista do financiamento do SUAS, vem atravessando, desde 2020, enormes dificuldades.
- ▶ Até 2019, embora muitas vezes em descompasso com o cronograma proposto, os Recursos Federais eram transferidos nos montantes estimados. Entretanto, em 2020 as remessas foram limitadas a 60% do total, em média.

**Importante:** Com o aporte de recursos federais extraordinários e emergenciais, associados às demais Fontes, foi possível manter e ampliar os atendimentos, com a implantação de abrigos para proteção de pessoas do grupo de risco, adquirir os EPIs indicados pela vigilância em saúde, implantar abrigo para pessoas sintomáticas, e realizar processo seletivo emergencial para a contratação de Agente de Ação Social.

# Execução do PPA 2022 - 2025 e LOA 2022

- ▶ Tal déficit teve que ser coberto pelo Tesouro Municipal, para que não ocorresse descontinuidade dos atendimentos, visto que os Recursos Estaduais regulares não tiveram variação.
- ▶ Em 2021 a situação piorou. Temos recebido apenas 40% do estimado.
- ▶ No fechamento de 2020, o déficit foi de R\$3,3mi.
- ▶ Considerando os valores repassados até o momento, neste ano, o déficit projetado deverá atingir praticamente R\$5,0mi.

# Execução do PPA 2022 - 2025 e LOA 2022

- ▶ Parte das faltas pôde ser coberta com recursos do Governo Federal (extraordinários e emergenciais), destinados à manutenção dos atendimentos, por ocasião da Pandemia de COVID-19.
- ▶ Em 2021, por exemplo, só foi possível manter os repasses para continuidade da execução dos serviços socioassistenciais devido à possibilidade de reprogramação, pois, além das remessas em menor valor, não estão sendo repassadas as parcelas previstas.

\* \* \*